

Centro Social e Paroquial de Sousela

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2016

Índice

BALANÇO e DEMONSTRAÇÕES	4
Anexo	8
1. Identificação da entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2.1 – Referencial Contabilístico	8
3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	8
3.1. Bases de apresentação	8
3.1.1. Continuidade	8
3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)	8
3.1.3. Consistência de Apresentação	9
3.1.4. Materialidade e Agregação	9
3.1.5. Compensação	9
3.1.6. Informação Comparativa	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis	9
3.2.2. Investimentos Financeiros	10
3.2.3. Inventários	10
3.2.4. Instrumentos Financeiros	10
3.2.5. Fundos Patrimoniais	12
3.2.6. Provisões	12
3.2.7. Financiamentos Obtidos	12
3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
5. Ativos Fixos Tangíveis	14
6. Inventários	15
7. Réditos	15
8. Subsídios de Entidades Publicas e Outros Apoios	15
9. Benefícios dos empregados	16

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
11. Outras informações	17
11.1. Investimentos Financeiros	17
11.2. Diferimentos.....	17
11.3. Outros Ativos Correntes	17
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	18
11.5. Fundos Patrimoniais.....	18
11.6. Fornecedores.....	18
11.7. Estado e Outros Entes Públicos.....	18
11.8. Outros Passivos Correntes.....	19
11.9. Fornecimentos e serviços externos.....	19
11.10. Outros rendimentos e ganhos	19
11.11. Outros Gastos.....	20
11.12. Acontecimentos após data de Balanço	20

BALANÇO e DEMONSTRAÇÕES

Centro Social e Paroquial de Sousela		NIF: 505804883	
Balanço em 31 de Dezembro de 2016		(em euros)	
Rubrica	Notas	2016	2015
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Aívos fixos tangíveis	5	9 531,34	11 355,08
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.1	308,54	
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		9 839,88	11 355,08
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários	6	1 286,20	
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos	11.2	535,38	
Outros ativos correntes	11.3	3 530,50	
Caixa e depósitos bancários	11.4	13 114,97	4 944,17
Total ativo corrente		18 467,05	4 944,17
Total ativo		28 306,93	16 299,25
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos	11.5	20 462,89	20 462,89
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização	11.5	(57 097,50)	(74 172,80)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		225,65	771,82
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		(36 408,96)	(52 938,09)
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	11.6	1 569,79	5 234,54
Estado e outros entes públicos	11.7	3 035,99	1 186,70
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes	11.8	60 110,11	62 816,10
Total passivo corrente		64 715,89	69 237,34
Total passivo		64 715,89	69 237,34
Total fundos patrimoniais e passivo		28 306,93	16 299,25

O Contabilista Certificado,

/mendes

A Direção,

Sr. Manuel Luís Rocha de Sousa
 Paulino Brito Fernandes Moura
 Diana Gomes
 Adelina da Paço Antónia
 António António

Centro Social e Paroquial de Sousela

NIF: 505804883

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2016

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	59 880,00	42 543,35
Subsídios, doações e legados à exploração	7, 8	83 209,58	47 829,39
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(39 544,48)	(21 166,43)
Fornecimentos e serviços externos	11.9	(23 722,45)	(15 263,03)
Gastos com o pessoal	9	(78 174,35)	(49 891,98)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	11.10	2 107,25	
Outros gastos	11.11	(94,45)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		3 661,10	4 051,30
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(3 423,74)	(3 614,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		237,36	436,90
Juros e rendimentos similares obtidos			334,92
Juros e gastos similares suportados		(11,71)	
		Resultado antes de impostos	771,82
Imposto sobre o rendimento do período			
		Resultado líquido do período	771,82

O Contabilista Certificado,



A Direção,

Sr. Manuel António Rocha de Sousa
 Paulino Brito Fernandes Moura
 Ana Carolina
 Adelaide José Antunes
 Henrique Martins

124

Centro Social e Paroquial de Sousela		NIF: 505804883	
Fluxos de caixa de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016		(em euros)	
Rúbrica	Notas	2016	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		10 091,05	(7 001,68)
Recebimentos de clientes e utentes		56 349,50	42 543,35
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(58 943,22)	(1 138,75)
Pagamentos ao pessoal		(56 820,63)	(49 891,98)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		69 505,40	1 485,70
Total fluxos de caixa das atividades operacionais		10 091,05	(7 001,68)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 908,54)	
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		(1 908,54)	
Ativos fixos tangíveis		(1 600,00)	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(308,54)	
Outros ativos			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Total Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 908,54)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(11,71)	
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>		(11,71)	
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(11,71)	
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Total Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(11,71)	
Variação de caixa e seus equivalentes		8 170,80	(7 001,68)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 944,17	11 945,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13 114,97	4 944,17

O Contabilista Certificado,

[Handwritten signature]

A Direção,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Anexo

1. Identificação da entidade

O “Centro Social e Paroquial de Sousela”, NIF 505804883, é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Instituição da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo de IPSS, sob o n.º 2/02, com sede na Estrada Santa Maria de Sousela, n.º 670, freguesia de Sousela, concelho de Lousada, 4620-469 SOUSELA. Tem como atividade o “Apoio Social a Pessoas Idosas, sem alojamento”, CAE 88101, com as valências de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos da Entidade.

Até 31 de Dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de março.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a Normalização Contabilística para as Entidades do setor não lucrativo foi objeto de alterações substanciais, implicando também a revisão dos modelos de demonstrações financeiras neles previstos. Assim, a partir de 01-01-2016, foi aplicada a Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (CNRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

3. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com:

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com as quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Deferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, neste caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras que podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, bem como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha como manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

A depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	4-12
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo desta incorporação, os sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

3.2.2. Investimentos Financeiros

Não existem participações noutras entidades onde o Centro Social exerça qualquer tipo de influência, encontrando-se os "Investimentos Financeiros" mensurados pelo seu custo de aquisição.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos recorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações da taxa de cambio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidos como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulado, são mesurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas desde por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constituiu o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data do relato dos recursos necessários para a liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data do relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorrem as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime de Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo de locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 ao art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez para a segurança social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos relevantes resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31/12/2016							
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Outros activos fixos em curso
Activo							
Saldo inicial			17 306,00		3 492,00	1 195,00	0,00
Ajustamento de conversão							
Aquisições					1 600,00		
Alienações							
Transferências e Abates			1 195,00			-1 195,00	
Saldo final	0,00	0,00	18 501,00	0,00	5 092,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial			10 638,00		0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de conversão							
Depreciações do exercício			904,53		2 519,13		
Perdas por imparidade							
Alienações							
Transferência e Abates							
Saldo final	0,00	0,00	11 542,53	0,00	2 519,13	0,00	0,00
Activos líquidos	0,00	0,00	6 958,47	0,00	2 572,87	0,00	0,00

31/12/2015							
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Outros activos fixos em curso
Activo							
Saldo inicial			16 971,00		3 492,00	1 195,00	
Ajustamento de conversão							
Aquisições			335,00				
Alienações							
Transferências e Abates							
Saldo final	0,00	0,00	17 306,00	0,00	3 492,00	1 195,00	0,00
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial			7 024,00				
Ajustamentos de conversão							
Depreciações do exercício			3 614,00				
Perdas por imparidade							
Alienações							
Transferência e Abates							
Saldo final	0,00	0,00	10 638,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos líquidos	0,00	0,00	6 668,00	0,00	3 492,00	1 195,00	0,00

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes

	Inventário em 01-01-2015	Compras	Reclassif. e regularizações	Inventário em 31/12/2015	Compras	Reclassif. e regularizações	Inventário em 31/12/2016
Matérias primas e consumíveis	-	21 166,43	-	-	40 830,68	-	1 286,20
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Produtos acabados	-	-	-	-	-	-	-
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
	-	21 166,43	-	-	40 830,68	-	1 286,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				21 166,43			39 544,48
Variações nos inventários da produção				-			-

7. Réditos

Para o período de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas		
Prestação de Serviços	59 880,00	42 543,00
Subsídios, Doações e legados de exploração	83 209,58	47 829,00
Total	143 089,58	90 372,00

8. Subsídios de Entidades Publicas e Outros Apoios

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
Subsídios, Doações e legados de exploração	83 209,58	47 829,39
Subsídios Entidades Publicas:	73 211,11	47 829,39
Segurança Social - Acordos de Cooperação	70 962,00	47 829,39
IEFP	225,11	
Câmara Municipal de Lousada	2 024,00	
Doações e heranças:	9 998,47	0,00
Banco Alimentar	9 306,47	
Convite P'ra Ribalta	232,00	
Leonel Vieira	250,00	
Caminhada Social	210,00	
Total	83 209,58	47 829,39

9. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais à data de 31 de dezembro de 2016, são respetivamente:

Direção:

Presidente: Pe. Manuel Luís Rocha de Sousa

Vice-Presidente: Paulino de Brito Fernandes Moura

1º Secretário: Álvaro Correia Ribeiro

2º Secretário: Adelino José Ribeiro Freire

Tesoureiro: Martinho Martins Veiga

Conselho Fiscal:

Presidente: Adrião Paulo de Sousa Mendes

1º Vogal: Manuel Martins Pinto Menezes

2º Vogal: Alfredo Alves Gonçalves

Os membros dos órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31-12-2015 foi de "4" e em 31-12-2016 foi de "7".

Os gastos incorridos com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal - Vencimentos	54 635,20	41 813,98
Remunerações do Pessoal - Sub. Férias	4 754,00	
Remunerações do Pessoal - Sub. Natal	4 145,89	
Encargos sobre remunerações pessoal	13 750,45	8 078,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	863,68	
Fundo Geral Compensação do Trabalho	25,13	
Total	78 174,35	49 891,98

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411791, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

11. Outras informações

Para uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1. Investimentos Financeiros

No período de 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
Investimentos Financeiros		
Outros Investimentos Financeiros		
Outros - Fundo Compensação do Trabalho	308,54	
Total	308,54	0,00

11.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer	535,38	0,00
...		
...		
Total	535,38	0,00
Rendimentos a reconhecer		0,00
...		
...		
Total	0,00	0,00

11.3. Outros Ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Rubrica "Outros Ativos Correntes" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Outras Contas a Receber e a pagar		
Devedores e Credores por acréscimos		
Devedores por acréscimo de rendimentos	3 530,50	
Total	3 530,50	0,00

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	3 905,95	14,54
Depósitos à ordem	9 209,02	4 929,63
Total	13 114,97	4 944,17

11.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2016
Fundos	20 462,89			20 462,89
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	-74 172,80	17 075,30		-57 097,50
Excedentes de Revalorização				
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais				
Total	-53 709,91	17 075,30	0,00	-36 634,61

Os movimentos ocorridos na rubrica "Resultados Transitados" são essencialmente originados pela transferência do resultado transitado de 2015 e de correções extraordinárias de relativas ao não reconhecimento de saldos credores de "Contas a Pagar", nomeadamente fornecedores e pessoal.

11.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	1 569,79	5 234,54
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
Total	1 569,79	5 234,54

11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
...		
...		
...		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Trabalho dependente - retenção IRS - continente	236,00	
Contribuições Segurança Social - Pessoal	2 776,63	1 186,70
Fundo de Garantia Salarial - Fundo de compensação	23,36	
Total	3 035,99	1 186,70

11.8. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal - Remunerações a pagar		3 767,74		9 472,69
Credores por Acréscimo de Gastos		11 342,37		4 277,36
Outros Credores		45 000,00		49 066,05
Martinho Veiga		36 000,00		
SCML		6 000,00		
Pe. Manuel Luis		3 000,00		
Total	0,00	60 110,11	0,00	62 816,10

11.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados - Trabalhos Especializados	2 658,15	1 977,65
Serviços especializados - Conservação e reparação	3 383,58	1 198,64
Materiais - Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	482,03	
Materiais - Livros e Documentação técnica	169,49	121,16
Materiais - Material de escritório / economato	283,56	47,99
Materiais - Outros materiais	135,08	
Energia e fluidos - Eletricidade	2 530,06	1 827,20
Energia e fluidos - Combustíveis	5 729,49	5 518,07
Energia e fluidos - Água	434,35	539,10
Energia e fluidos - Outros - Gás	3 217,03	1 389,00
Deslocações e estadas - Portagens	264,20	234,23
Serviços Diversos - Comunicação	1 200,67	1 161,39
Serviços Diversos - Seguros	1 137,68	
Serviços Diversos - Contencioso e notariado	55,30	
Serviços Diversos - Limpeza, higiene e conforto	1 832,69	1 108,60
Serviços Diversos - Outros	209,09	140,00
Total	23 722,45	15 263,03

11.10. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,23	
Outros rendimentos - arredondamentos	0,01	
Correções relativas a exercícios anteriores	2 107,01	
Total	2 107,25	0,00

O valor apresentado na rubrica "Correções Relativas a exercícios anteriores" é relativa à transferência efetuada pela Segurança Social em 30 de dezembro de 2014 e que não foi reconhecida no período de 2014 e de 2015. A referida transferência é relativa ao Acordo de Cooperação – Valência de Centro de Dia.

11.11. Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos Indiretos - IUC	76,29	
Outros não especificados - Arredondamentos	18,16	
Total	94,45	0,00

11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sousela, 25 de março de 2017

O Contabilista Certificado,



A Direção,

Pe. Manuel Luís Roche de Sousa
 Paulino Brito Fernandes Moura
 Maria Euzébia Moura
 Adelino José Antunes Trave
 Henrique Martins Veiga

Ata da Reunião da Direção de 30 de março de 2017

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Direção do Centro Social e Paroquial de Sousela, na sua sede sita no Lugar da Igreja – Estrada Santa Maria de Sousela, n.º 670, freguesia de Sousela, concelho de Lousada, estando presentes todos os seus membros, Pe. Manuel Luís Rocha de Sousa, Paulino Brito Fernandes Moura, Álvaro Correia Ribeiro, Adelino José Ribeiro Freire e Martinho Martins Veiga, bem como todos os membros do Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Sousela, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

- Apresentação do Relatório e Contas do Exercício Económico de 2016. _____

Iniciada a reunião o Senhor Pe. Manuel Luís fez uma apreciação global das contas e apresentou o relatório de atividades. Feita uma análise global dos mapas apresentados, balanço, demonstração de resultados e respetivos anexos, estes apresentam os seguintes resultados:

Rendimentos: € 145.196,83 (cento e quarenta e cinco mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e três cêntimos); **Gastos:** € 144.971,18 (cento e quarenta e quatro euros, novecentos e setenta e um cêntimos e dezoito cêntimos); **Resultado Líquido do Período:** € 225,65 (duzentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos). Constatou-se ainda que o valor das depreciações foi de € 3.423,74 (três mil, quatrocentos e vinte e três euros e setenta e quatro cêntimos). _____

Após a análise das contas do exercício findo, foi deliberado que estas estavam em perfeita ordem, pelo que, as mesmas foram aprovadas por unanimidade para serem apresentadas ao Conselho Fiscal. _____

E nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser devidamente assinada por todos os Membros Direção. _____

A Direção:

Pe. Manuel Luís Rocha de Sousa
Paulino Brito Fernandes Moura
Álvaro Correia Ribeiro
Adelino José Ribeiro Freire
Martinho Martins Veiga

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SOUSELA
Instituição Particular de Solidariedade Social
Lugar da Igreja – Estrada Santa Maria de Sousela, n.º 670
4620-469 SOUSELA

Ata da Reunião do Conselho Fiscal de 30 de março de 2017

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu o Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Sousela, na sua sede sita no Lugar da Igreja – Estrada Santa Maria de Sousela, n.º 670, freguesia de Sousela, concelho de Lousada, estando presentes todos os seus membros, Adrião Paulo de Sousa Mendes, Manuel Martins Pinto Menezes e Alfredo Alves Gonçalves, bem como todos os membros da Direção do Centro Social e Paroquial de Sousela, com a seguinte ordem de trabalhos: _____

- Análise do Relatório e Contas do exercício de 2016. _____

Iniciada a reunião e em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos, passou-se à análise do relatório e contas em apreciação, tendo a direção prestado todos os esclarecimentos sobre o conteúdo das Demonstrações Financeiras. Procedeu-se à verificação da observância da Lei e do cumprimento dos Estatutos, à verificação da situação financeira e à verificação do Balanço, Demonstração dos Resultados e do respetivo Anexo.

Evidenciada a clareza e a forma explicita como estão apresentadas as contas do exercício de 2016, deliberamos, por unanimidade, dar parecer favorável ao Relatório e Contas do Exercício de 2016. _____

E nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, dela lavrando a presente ata que vai ser assinada. _____

Presidente

Adrião Paulo Sousa Mendes

Vogais

Manuel Martins Pinto Menezes

Alfredo Alves Gonçalves